REVISTA DO CREA-ES

Tópicos

ANO X - Nº 48
MARÇO/ABRIL - 2009

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO X PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Hora de jogar pelo empate

Educação ao seu alcance.

Profissionais da área tecnológica, estudantes e recém-formados

Dentro de seu perfil de instituição cidadã e de acordo com a responsabilidade social determinada por seu planejamento estratégico e seu projeto coletivo, o Crea-ES oferece, por intermédio do Educ (Educação Continuada e a Distância), diversificadas opções de cursos de curta, média e longa duração, com descontos para profissionais (de níveis médio e superior) registrados.
Os cursos, viabilizados por meio de parcerias com instituições renomadas, oferecem constante capacitação e são abertos ainda a dependentes de profissionais registrados e ao público em geral.

Saiba mais sobre o Educ em:
www.creaes.org.br / educ
(27) 3334-9903 3334-9925
educ@creaes.org.br

CREA-ES

EDUC Educação Continuada e a Distância

UNIMED VITÓRIA | CREA-ES

Associados do CREA-ES podem contar com um plano de saúde exclusivo e com excelente custo benefício.

Unimed Participativo / CREA-ES

Cobertura nacional e atendimento garantido pelo sistema UNIMED, o maior sistema de assistência médica do País.

CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo

Unimed Vitória 30 ANOS

ANS Nº 357201

AGORA, OS NETOS E FILHOS MAIORES DE 24 ANOS PASSAM A SER ACEITOS COMO DEPENDENTES.

A mais completa proteção para você e sua família

Para mais informações e adesão, ligue:

27 3211 5500

Sestini Corretora de Seguros

Administradora do Plano

Sestini Corretora de Seguros
Rua Henrique Moscoso, 1019 - Sobreloja 12
Centro da Vila Shopping - Centro
Vila Velha / ES

Quando ainda tinha saúde perfeita, a Terra já era nossa matéria.
29 de Maio dia do Geógrafo.
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo

Que não haja vencedor

Está em jogo, hoje, na Enseada do Suá, em Vitória, a preservação da vista de um dos maiores ícones da nossa cultura: o Convento da Penha, com seu Outeiro, bem igualmente tombado pelo patrimônio histórico.

O projeto do empreendimento Nova Cidade - Water Front, que prevê a construção de torres residenciais naquela área, provoca atualmente um acalorado debate que envolve não só a população da cidade de Vitória como também de toda a região metropolitana e mesmo do interior do Estado.

Afinal, o Convento da Penha é referência cultural e marca da identidade de todos os capixabas, além de cartão postal e um dos pontos turísticos mais visitados de nossa terra.

Não se trata de romantismo, preferência estética ou mesmo humanismo exacerbado. É a lei que determina que, entre outros, sejam preservados os patrimônios materiais e seus entornos, garantindo visibilidade e fruição.

Para além desses aspectos, o empreendimento preocupa também quanto aos reflexos que sua consecução teria na qualidade de vida dos moradores do bairro, em particular, e de toda aquela região, aí considerados os impactos no sistema viário, na mobilidade urbana e no esgotamento sanitário, entre outros.

Faz sentido, portanto, reproduzir, aqui, raciocínio expresso em artigo de nossa autoria que o jornal A Tribuna, de Vitória, publicou recentemente:

"Uma das imagens mais conhecidas do mundo é a da ilha de Manhattan, em Nova York. Contudo, é no Estado de Nova Jersey que cinegrafistas, fotógrafos e pintores se posicionam para mostrá-la ao mundo.

"As Cataratas do Iguaçu ficam na Argentina, mas o espetáculo só pode ser apropriadamente apreciado por quem está em Foz do Iguaçu, no Brasil.

"Palco e platéia são partes integrantes e inseparáveis do mesmo patrimônio.

"No Espírito Santo, o Convento da Penha, um de nossos mais importantes ícones, é o palco, e fica em Vila Velha. Mas o povo de Vitória, sua mais numerosa platéia, corre o iminente risco de não poder mais vê-lo".

Contudo, é essencial termos sempre a consciência de que a paixão não é a melhor conselheira.

Assim, conforme cabe a este Conselho Regional de engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES), entidade que representa cerca de 20 mil profissionais da área tecnológica e 5 mil empresas, e que tem em seu plenário 9 entidades de classe e sete instituições de ensino; e conforme cabe também ao setor tecnológico, com seu pensamento predominantemente cartesiano, convocamos uma plenária extraordinária para que as partes envolvidas pudessem se manifestar, com clareza e total liberdade de expressão, em ambiente respeitoso e civilizado, de modo a ampliar a compreensão de todos a respeito do controverso tema.

Vale lembrar que a Lei 5194/66 torna o Crea-ES fórum legítimo para tratar de assuntos relativos à proteção da sociedade.

Desenvolvimento econômico e patrimônio histórico são igualmente importantes. Esse jogo não pode ter vencedor.

Pois são os variados aspectos do tema ligado ao empreendimento Nova Cidade - Water Front que abordamos na matéria principal desta nossa edição.

Entre outros relevantes assuntos, fazemos também um raio-x das iniciativas federal, estadual e municipais que hoje se preparam para enfrentar, de modo mais eficiente, o déficit habitacional, notadamente entre a população de baixa renda, por intermédio do Programa de Arquitetura e Engenharia Social (Lei 11.888, de 24 de dezembro de 2008).

Boa leitura.

Eng. Civil e de Seg. do Trab. **Luis Fiorotti**
Presidente do Crea-ES

CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo

Diretoria

Presidente
Eng. Civil e de Segurança do Trabalho Luis Fiorotti
1° Mandato: 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2008
2° Mandato: 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2011
1º vice-presidente
Téc. Industrial em Mecânica Ronaldo Neves Cruz
2º vice-presidente
Eng. Eletricista Eduardo Luiz Henriques
1º diretor-administrativo
Eng. Civil João Carlos Meneses
2º diretor-administrativo
Eng. Agrônoma Magda Cecilia Pavesi Felner
1º diretor-financeiro
Eng. Mecânico Geraldo Rossoni Sisquini
2ª diretor-financeiro
Arquiteto Douglas Cerqueira Gonçalves
Câmaras
Engenharia Civil
Eng. Civil Rodrigo Américo Pereira
Engenharia Agronômica
Eng. Agrônomo Valter José Matielo
Arquitetura
Arquiteto e Urbanista André Luiz de Souza
Engenharia Industrial
Eng. Mecânico Aristóteles Alves Lyrio
Engenharia Elétrica
Eng. Eletricista Antonio Vitor Cavalieri
Engenharia de Segurança do Trabalho
Eng. Civil e de Seg. do Trab. Eliezer Cristino de Oliveira

Agências
Vitória (27) 3134-0000
Cachoeiro de Itapemirim (28) 3522-2373
Colatina (27) 3721-0657
Linhares (27) 3264-1781
Vila Velha (27) 3239-3119
São Mateus (27) 3763-5929
Guarapari (27) 3362-3028

Tópicos

Conselho Editorial
Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti
Eng. Mecânico Flavio Lobato La Rocca
Jornalista Alcione Vazzoler

Gerente de Relacionamento
Eng. Mecânico Flavio Lobato La Rocca

Consultora de Comunicação
Jornalista Alcione Vazzoler

Reportagem
Manaíra Medeiros
Equipe de Comunicação do Crea-ES:
Alcione Vazzoler
Márcio Scheppa
Carolina Rocha Alvarenga
Filipe Silva Siqueira
Flávio Madeira Mendes
Isadora Fialho Nicolao

Fotos
Joaquim Nunes, Assessoria de Comunicação do Crea-ES

Capa
Ilustração de Ronald Perrone

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica
Ivan Alves (MTb 28/80)

Edição
TKCOM Comunicação Ltda.

Impressão
Gráfica Espírito Santo

Revista do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo
Av. Cesar Hilal, 700, 1º andar, Bento Ferreira
Vitória-ES, CEP 29050-903
Tels.: (27) 3334-9900 - Fax (27) 3324-3644
email: creaes@creaes.org.br - www.creaes.org.br

Índice

20
DESAFIO NA ILHA
Crescimento e qualidade de vida **disputam** espaço no campo das ideias

Editorial 4

Eleição na **SEEA** revela a união do segmento 6

Pesquisa traça perfil do engenheiro mecânico 7

Parceria Crea e Sicoob beneficia **profissionais** 8

Projeto Pensar o Brasil já fomenta **debates** no ES 9

Site do Educ **facilita** acesso à capacitação profissional 10

Alterações na **concessão** de atribuições profissionais 12

Crea sai na frente e mobiliza órgãos públicos capixabas 14

A política de **habitação** em nosso País 30

Eleição na SEEA revela a união do segmento

Presidente eleito quer o cumprimento do salário mínimo profissional, mais reconhecimento público ao trabalho da classe e novas oportunidades para a categoria

Os agrônomos capixabas estão de liderança nova. No último dia 11 de maio, os profissionais da área agronômica elegeram o novo presidente da Sociedade Espiritossantense de Engenheiros Agrônomos (SEEA). O Eng. Agrônomo José Adilson de Oliveira foi eleito com 100% dos votos válidos, encabeçando a chapa única "Vitória da Agronomia Já", e irá conduzir as ações da entidade no período de 2009 a 2011.

As eleições foram realizadas com urnas disponíveis na sede da SEEA; no Incaper Central; nas Agências do Crea-ES de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim; na Casa do Adubo, em Linhares; e no CRDR Incaper, em Venda Nova do Imigrante.

Unanimidade - Aproximadamente 30% dos profissionais aptos a votar compareceram às urnas para eleger a diretoria executiva, o conselho deliberativo e o conselho fiscal da entidade. A chapa 1 alcançou unanimidade dos votos válidos, demonstrando a coesão da classe agronômica no estado.

O presidente eleito José Adilson de Oliveira é formado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e atua profissionalmente no Espírito Santo desde a década de 80, trabalhando pelas empresas Du Pont do Brasil e Brefertil. Trabalhou também no Ibama, foi consultor técnico autônomo e, atualmente, é gerente da Unidade de Fiscalização do Crea-ES.

Reconhecimento - O programa de trabalho de José Adilson propõe conquistar, de maneira ética e consistente, melhores condições políticas e profissionais, para que o engenheiro agrônomo do Estado do Espírito Santo seja um profissional diferenciado. Buscará o cumprimento do salário mínimo profissional, a ampliação do reconhecimento público ao trabalho da classe agronômica e a criação de novas oportunidades para a categoria, como o incentivo à geração de emprego, trabalho e renda.

Outra diretriz estabelecida pela nova gestão é

Eng. Agron. José Adilson de Oliveira: 100% dos votos válidos

a participação efetiva nos debates das questões ambientais e na defesa do desenvolvimento econômico do estado, de forma social e ambientalmente responsável.

Além da viabilização econômica e financeira da entidade, as propostas institucionais são de fortalecimento, interno e externo, e de cumprimento dos objetivos sociais dispostos no estatuto social.

Somando união, planejamento e trabalho, a nova gestão aposta no conhecimento e no empenho dos engenheiros agrônomos para promover a melhoria da qualidade de vida da sociedade capixaba.

"Na montagem da chapa, tivemos o cuidado de contemplar profissionais de vários órgãos, tanto federais quanto estaduais e também da iniciativa privada, com o intuito de ampliar a representatividade e facilitar a interlocução com esses segmentos ligados à área da engenharia agronômica", diz o novo presidente da SEEA.

SEEA - GESTÃO 2009 - 2011

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente - José Adilson de Oliveira
Vice-Presidente - Valter José Matielo
1º Secretário - José Roberto Silva Hernandes
2º Secretario - José Onofre Pereira
1º Tesoureiro - Aureliano Nogueira da Costa
2º Tesoureiro - Octacilio Chamon

CONSELHO DELIBERATIVO
Efetivos
Helder Paulo Carnielli
Álvaro João Bridi
Adilon Vargas de Souza
Suplentes
Douglas Muniz Lyra
José Arnaldo Alencar
Wolmar Roque Loss

CONSELHO FISCAL
Efetivos
Miguel Ângelo Aguiar
Pedro Arlindo Galvêas
Nelson Élio Zanotti
Suplentes
David Santos Martins
Antonio Elias Souza da Silva
Antonio Carlos Sardenberg de Barros

Pesquisa traça perfil do engenheiro mecânico

Entre outros importantes aspectos, também é foco do estudo descobrir se o estado está formando engenheiros inovadores e conscientes da necessidade de uma formação continuada

O Espírito Santo se prepara para conhecer melhor o perfil de seus engenheiros mecânicos. "Estudo sobre o ensino e a profissão de engenharia mecânica no Espírito Santo e suas implicações em inovação tecnológica" é o nome da pesquisa acadêmica apoiada pelo Crea-ES e realizada por estudantes de graduação em Engenharia Mecânica da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

O projeto, orientado pela coordenadora do curso de Engenharia de Produção da Ufes, Miriam de Magdala Pinto, tem como objetivo traçar o perfil do engenheiro mecânico atuante e pensar soluções para melhorar o ensino de engenharia no Espírito Santo. Também é foco da pesquisa descobrir se o estado está formando engenheiros inovadores e conscientes da necessidade de uma formação continuada.

Divulgação - O Crea-ES tem contribuído na divulgação do projeto, enviando periodicamente um questionário aos profissionais, por meio de informativo eletrônico. Além disso, os interessados em participar poderão responder a pesquisa pelo site www.creaes.org.br, acessando o banner eletrônico "Pesquisa Ufes - Perfil do Engenheiro Mecânico".

Além do Crea-ES, o projeto conta com o apoio da Ufes e do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Espírito Santo (PDF-ES).

Engenheiro mecânico: necessidade de formação continuada

Parceria Crea e Sicoob beneficia profissionais

O Sicoob se propõe a conceder cartão de crédito, com isenção total da anuidade no primeiro ano de utilização, para todos os titulares e dependentes (mediante aprovação do crédito)

Crédito facilitado e com isenções. O Sicoob Metropolitano (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil), em parceria com o Crea-ES, oferece, aos profissionais registrados e em dia com o Conselho, condições diferenciadas nos benefícios oferecidos por esse sistema de crédito cooperativo.

A partir de agora, os engenheiros, arquitetos, engenheiros agrônomos, tecnólogos, técnicos de nível médio da área industrial e agrícola, geógrafos, geólogos e meteorologistas que se associarem à cooperativa contarão, de forma exclusiva, com opções facilitadas de crédito e isenções de tarifas bancárias.

Documentos - Para tornar-se associado, é necessário dirigir-se à agência do Sicoob. Os documentos obrigatórios para abertura de conta para pessoa física são RG, CPF, comprovante de residência e comprovante de renda. Para pessoa jurídica o representante deverá apresentar contrato social, comprovante de faturamento e os mesmos documentos exigidos da pessoa física para os sócios.

Conheça melhor os **benefícios** oferecidos

1. A cota mínima de integralização de capital é de R$ 500 para pessoa física e de R$ 1 mil, para a pessoa jurídica;

2. Os registrados no Crea-ES terão direito a conta-corrente isenta da tarifa de manutenção de conta;

3. Os juros do cheque especial para os profissionais do Conselho serão de 4,9% (para pessoa física) e 4,1% (para pessoa jurídica), menor que a média do mercado (as taxas podem variar conforme mercado);

4. O Sicoob se propõe a conceder cartão de crédito, com isenção total da anuidade no primeiro ano de utilização, para todos os titulares e dependentes (mediante aprovação do crédito);

5. Empréstimos e financiamentos a partir de 0,5% ao mês (mediante aprovação do crédito);

6. Movimentação de conta por meio do cartão Mastercard, talão de cheques e Internet Banking;

7. Participação nas sobras e resultados da cooperativa.

Onde procurar?
Agência do Sicoob - Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 755, Loja 02, Enseada do Suá, Vitória, ES (ao lado do Palácio do Café).
Tels.: (27) 3345-9706 / 9976-3748.

Projeto Pensar o Brasil já fomenta debates no ES

Núcleos terão coordenações autônomas para selecionar temas, realizar seminários, produzir artigos e literatura e integrar-se com as organizações governamentais e não governamentais

A importância dos temas do Projeto Pensar o Brasil, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), vem motivando um número cada vez maior de profissionais a comparecer às reuniões. O Projeto propõe à sociedade capixaba a realização de debates e questionamentos relacionados às oportunidades, ao desenvolvimento, e as potencialidades do Estado do Espírito Santo.

O núcleo capixaba do projeto é coordenado pelo Subsecretário de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades), o Téc. em Eletrônica José Carlos Pigatti. Entre os membros da coordenação estadual está o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti.

Ações - Desde o lançamento do Projeto Pensar o Brasil, em meados de 2008, profissionais da área tecnológica no Espírito Santo realizam reuniões periódicas para debater temas importantes para o estado, principalmente no que diz respeito às ações públicas implementadas pela administração local. O objetivo é inserir os profissionais do Sistema na discussão de grandes temas nacionais e estaduais.

Cada núcleo estadual terá uma coordenação autônoma para selecionar temas, realizar seminários, produzir artigos e literatura e integrar-se com as organizações governamentais e não governamentais. Os encontros também têm sido acompanhados por representantes da sociedade civil organizada.

Segundo Pigatti, "o projeto propõe a realização de estudos que possibilitem a construção de uma visão abrangente e objetiva a respeito de um projeto de desenvolvimento sustentado e sustentável para o Espírito Santo".

Na agenda de trabalho está pautado o acompanhamento das obras e dos investimentos nos setores prioritários para a economia local, como petróleo e gás, a siderurgia e os portos. Entre as atividades do Projeto Pensar o Brasil no Espírito Santo estão a de monitorar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e acompanhar a elaboração e execução do orçamento estadual.

O núcleo capixaba prevê para junho de 2009, a realização do Seminário da Região Sudeste do Projeto Pensar o Brasil. O evento, que terá o apoio do Confea e do Crea-ES, pretende reunir uma centena de participantes para discutir os temas propostos.

Pigatti defende soluções sustentáveis

Site do Educ facilita acesso à capacitação profissional

Espaço já disponibiliza informações sobre projetos especiais, pesquisa, artigos, galeria de fotos, um calendário de eventos, inscrições online e lugar para sugestões

Dentro da proposta do Crea-ES de oferecer serviços cada vez mais variados e atuais, o Educ (Educação Continuada e a Distância) vem renovando sempre a sua oferta de cursos. Assim, profissionais capixabas, estudantes e recém-formados na área tecnológica que buscam oportunidades de reciclagem e capacitação com instrutores e palestrantes renomados, material didático de qualidade e preços acessíveis já contam, desde abril de 2009, com um ambiente virtual que oferece opções diversificadas de cursos, palestras, seminários e eventos com o que há de moderno e eficiente em atualização profissional.

Pesquisas - Ao acessar a página do Educ, hospedada no Portal do Crea-ES na internet, o profissional terá à disposição, de forma simples e acessível, a oferta de serviços em modalidades como cursos presenciais e a distância, além de palestras gratuitas. O espaço disponibiliza ainda informações sobre projetos especiais, pesquisa, artigos, galeria de fotos, um calendário de eventos, inscrições online e espaço para sugestões.

Também encontrados no hotsite do Educ, os convênios e parcerias do Crea-ES, firmados com entidades de classe da área tecnológica, instituições de ensino públicas e privadas, e empresas de treinamento e desenvolvimento, têm garantido benefícios na aquisição de conhecimentos e habilidades aos profissionais das diversas áreas abrangidas pelo Conselho.

O acesso a essas informações pode ser feito por meio do banner do Educ, localizado no lado direito do Portal do Crea-ES na internet (www.creaes.org.br), ou diretamente pelo link www.creaes.org.br/educ

O que você **encontra** na página do Educ na Internet

Informações institucionais
O que é o Educ, visão, missão e seus objetivos.

Equipe do Educ
Profissionais que conduzem e operacionalizam o programa.

Cursos presenciais

Atividades de ensino-aprendizagem desenvolvidas com a presença simultânea de alunos e professor durante toda a carga horária. As categorias disponíveis são: Cursos de Especialização, com carga horária mínima de 360 horas, destinados a graduados; Cursos de Curta e Média Duração, de até 60 horas; e Cursos de Longa Duração, acima de 60 horas.

Cursos a distância
Atividades de ensino-aprendizagem desenvolvidas sem que alunos e professores estejam presentes no mesmo lugar, à mesma hora, tendo acompanhamento do professor e/ou tutor durante toda a realização do curso.

Parcerias
Informações sobre as parcerias firmadas pelo Crea-ES por intermédio do Educ para a realização de eventos.

Inscrições online
O usuário poderá realizar inscrições pela internet, para os eventos de seu interesse, de maneira prática e facilitada.

Projetos especiais

São programas de caráter social, desenvolvidos pelo Crea-ES, com o objetivo de conscientizar os profissionais da área tecnológica e a sociedade em geral, acerca de temas importantes como, por exemplo, o meio ambiente.

Artigos
Disponibilização de artigos técnicos de interesse geral.

Calendário de eventos
Os dias com eventos confirmados estão destacados. Ao acionar o dia desejado, aparecerão - abaixo do calendário - as opções de eventos já programados, cujas informações poderão ser acessadas com apenas um clique.

Galeria de fotos
Disponibilização de registros fotográficos de eventos realizados.

Palestras gratuitas

Eventos demonstrativos de novas tecnologias, realizadas geralmente por fabricantes de equipamentos e produtos destinados à área tecnológica.

Pesquisa de interesse
Enquete em que o usuário tem a oportunidade de opinar sobre o Educ.

Sugestões
Local onde o usuário poderá fazer sugestões sobre o programa.

EVENTOS **AGENDADOS** PARA JUNHO 2009

- 6, 13, 20 e 27/6/09 – Curso Trocadores de Calor, Caldeira e Termoelétricas

- 6/6/09 - Curso de Luminotécnica Básica

-13/6/09 - Curso de Iluminação de Jardins - Paisagismo

-15 e 16/6/09 - Curso Administração de Departamento Pessoal nas Empresas de Construção Civil

-16/6/09 - Curso Gestão de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos

-16/6/09 - Curso Gestão de Resíduos Sólidos - Ênfase em Refinarias de Petróleo

-18 e 19/6/09 - Curso Formação e Desenvolvimento de Gerentes, Coordenadores e Supervisores

- 18 e 19/6/09 - Curso Gestão Estratégica de Compras, Suprimentos e Estoques

- 22 e 23/6/09 - Curso Orçamento de Obras e Cálculo de BDI

- 25 e 26/6/09 - Curso Gestão Empresarial na Construção Civil

Outras informações: www.creaes.org.br/educ
educ@creaes.org.br - tels.: (27) 3334-9925

Alterações na concessão de atribuições profissionais

Busca-se evitar conferir atribuições idênticas a profissionais formados sob históricos escolares distintos e detentores de conhecimentos e competências também distintos

O debate sobre as atribuições de novos profissionais que chegam ao Sistema vão movimentar o Crea-ES, no próximo dia 19 de junho. É que naquela data o Conselho vai realizar, em seu auditório, um workshop sobre a aplicação da Resolução nº 1.010/05, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea).

A Resolução trata da regulamentação da nova dinâmica de atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização relacionados à atuação dos profissionais do Sistema Confea/Crea.

Representantes dos Conselhos Federal e Regional, entidades de classe, instituições de ensino de cursos regulares de formação, graduação e pós-graduação e profissionais se reunirão para conhecer e debater a resolução que altera os procedimentos de concessão de atribuições aos profissionais que ingressarão no Sistema.

A Resolução 1.010, criada em 22 de agosto de 2005, entrou em vigor no dia 1º de julho de 2007 e adota o princípio da flexibilização, por meio de concessões de atribuições em função da competência adquirida durante o período letivo.

Distorções - Um dos argumentos mais debatidos é o de que a estrutura de ensino superior balizada pelos currículos mínimos e a habilitação profissional sustentada pela Resolução 218, de 1973, do Confea, conduzem a distorções como a de conferir atribuições idênticas a profissionais formados sob históricos escolares distintos e, por consequência, detentores de conhecimentos e competências também distintos.

No Confea, comissões de especialistas preparam, desde 2007, o detalhamento da Matriz de Conhecimentos que irá definir as condições adequadas ao exercício profissional das atividades abrangidas pelo Conselho Federal.

De acordo com o assistente da Comissão de Educação e Atribuição Profissional (Ceap) do Confea, Eng. Eletricista Roldão Lima Júnior, a previsão é de que o prazo para conclusão dos trabalhos se encerre no próximo dia 21 de agosto, quando os documentos serão apresentados aos conselheiros federais, durante Sessão Plenária do Confea.

"A aprovação dos trabalhos, pelo Plenário, desencadeará uma série de outras atividade-

Formação de profissionais: luta pelo fim de distorções

Alguns membros da Comissão e da Diretoria do Crea-ES, a partir da esq. acima: Eng. Eletricista Áureo Buzatto, Eng. Mecânico e de Seg. do Trab. Guilherme Emanuel Costa Laux, Eng. Mecânico Aristóteles Alves Lyrio, Eng. Civil Alexandre José Serafim, Eng. Agrônomo Ricardo Antonio Polanczyk, Téc. em Eletrotécnica Portugal Sampaio Salles, Presidente do Crea-ES Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti , 2ª diretora-administrativa Eng. Agrônoma Magda Cecilia Pavesi Felner, Arquiteto Marco Antônio Cypreste Romanelli e o 2ª diretor-financeiro Arquiteto Douglas Cerqueira Gonçalves.

des, como treinamentos aos coordenadores da Ceap e de representantes dos Creas, para a efetiva aplicação da Resolução. Essa ação faz parte de um projeto estratégico do Confea", explica Roldão.

No Crea-ES, O Plenário compôs a Comissão de Educação e Atribuição Profissional, que irá instruir os processos de cadastramento de instituição de ensino e de seus cursos regulares; e instruir os processos de registro profissional, elaborando a análise do perfil de formação do egresso, sempre de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos pela Resolução 1.010/05.

O Workshop proposto pelo Crea-ES é gratuito e irá apresentar, entre outros assuntos, a reforma da formação superior e os impactos na Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o Sistema de Informações Confea/Crea (SIC), a implementação da matriz de conhecimento e o cadastramento institucional.

Comissão de **Educação** e Atribuição Profissional (Crea-ES)

Eng. Civil Alexandre José Serafim

Arquiteto Marco Antônio Cypreste Romanelli

Eng. Mecânico Aristóteles Alves Lyrio

Eng. Eletricista Áureo Buzatto

Eng. Química Dione da Conceição Miranda

Eng. Mecânico e de Seg. do Trab. Guilherme Emanuel Costa Laux

Téc. em Eletrotécnica Portugal Sampaio Salles

Eng. Agrônomo Ricardo Antonio Polanczyk

Téc. Agrícola Vitalino Fermo

Crea sai na frente e mobiliza órgãos públicos capixabas

Em simpósio e audiência pública, Conselho provoca debates entre instituições governamentais, iniciativa privada, movimentos populares e parlamentares, para conhecer os avanços na área de habitação popular

O Espírito Santo já começou a criar oportunidades para que seja implementada a Lei de Engenharia e Arquitetura Pública, do Governo Federal, um marco histórico na habitação de famílias de baixa renda. Um convênio celebrado entre o presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES), Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti, e o prefeito da Serra, Sérgio Vidigal (PDT), criou o Programa de Engenharia e Arquitetura Social naquele município. A intenção foi firmada durante o Simpósio Arquitetura e Engenharia Social, realizado no dia 27 de abril, no Cerimonial Maison Orange, em Vitória.

Participaram da solenidade os secretários de Habitação e de Desenvolvimento Urbano da Serra, José Luis Barone e Ana Márcia Eller, respectivamente; o deputado estadual Paulo Roberto (PMN); o vereador de Vitória Reinaldo Matiazzi Bolão (PT); o presidente do Sinduscon-ES, Eng. Civil Aristóteles Passos Costa Neto; a presidente do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Maria Clara da Silva, e o secretário de Habitação de Cariacica, Ricardo Vereza.

Fiorotti assina o Programa de Engenharia e Arquitetura Social da Serra, observado pelo prefeito Vidigal (C) e pelo deputado Paulo Roberto

Sabedoria - A iniciativa foi comemorada pelo presidente do Crea-ES, Luis Fiorotti, que ressaltou a importância da parceria, por resgatar a cidadania e acenar para novas possibilidades, entrelaçando os conhecimentos adquiridos em faculdades e da sabedoria popular.

"Agradeço ao prefeito Sérgio Vidigal e a toda sua equipe. É uma satisfação compor a estrutura orgânica desse projeto", pontuou.

Segundo o prefeito Sérgio Vidigal, vários programas complementares serão criados na área, e o município está mobilizado em estender a maior parte dos incentivos a todas as faixas salariais, como já aprovado na Câmara de Vereadores.

"Quero demonstrar minha grande estima e respeito ao presidente Fiorotti, que tem contribuído bastante com a prefeitura. Esta é apenas uma de tantas outras parcerias que o município tem buscado", destacou.

Vidigal lembrou da importância do programa para a Serra, que, assim como a maioria das localidades, registrou um crescimento excepcional, mas de forma desordenada.

"O município é o mesmo da década de 70. Mas, naquela época, eram 17 mil habitantes, sendo 60% na área rural. Agora, são 410 mil moradores, com muitas ocupações irregulares e falta de organização do espaço", afirmou.

Para o prefeito, a iniciativa do presidente da

Presidente Maria Clara da Silva (destaque) e representantes do Movimento Nacional de Luta: "O povo é o senhor da história".

República, Luiz Inácio Lula da Silva, de sancionar lei dessa natureza, é relevante para a economia do País, principalmente, em um momento de crise internacional. Cria empregos rápidos na construção civil e resolve o problema da elevada demanda por moradia, já que 75% das famílias de baixa renda que serão contempladas recebem menos do que três salários mínimos.

"Porém, de nada adianta o projeto federal, sem a devida mobilização das prefeituras", afirmou Vidigal.

O prefeito lembra que não é possível resolver o problema do dia para a noite, principalmente devido à questão da regularização fundiária. Mas afirmou que o município está buscando áreas próximas aos bairros onde estão as famílias de baixa renda, para que o mercado seja atraente às empresas privadas e os moradores vivam próximo ao local em que nasceram.

A presidente do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Maria Clara da Silva, lembrou que é essencial que o povo possa manifestar suas vontades durante o processo.

"Queremos mostrar como desejamos morar e como ajudar. É o povo que constrói, que mora em lugar que não tem água, luz, ônibus, nem estradas. O povo é o senhor da história".

A necessidade de oferecer casas de qualidade à população de baixa renda também foi lembrada pelo secretário de Habitação de Cariacica, Ricardo Vereza. De acordo com ele, Cariacica também quer avançar na área, criando uma equipe capacitada para atuar diariamente em programas sociais, com um profissional à disposição da população.

"Vamos construir essa nova realidade", frisou.

Já o vereador Reinaldo Matiazzi Bolão parabenizou o Crea-ES, lembrando que a capital do Estado já tem projeto semelhante, de sua autoria, pronto para ser aplicado.

"É nossa responsabilidade trabalhar para o povo, não é favor nenhum. A Serra sai na frente, e Vitória também".

Por sua vez, o deputado Paulo Roberto destacou a necessidade de os poderes públicos serem proativos no processo, para que o programa saia do papel e sejam sanados os problemas burocráticos. O parlamentar está elaborando projeto de lei do Programa Estadual de Arquitetura e Engenharia Social, para apresentar à Assembleia Legislativa.

O ES e as metas para os próximos anos

Em palestra ministrada no evento, o subsecretário de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano, Eduardo Loureiro Calhau, falou sobre "O Governo do Espírito Santo e o Programa Nossa Casa". Loureiro apontou a intenção de reduzir o déficit habitacional do Estado, com a construção e reforma de habitações destinadas a famílias de baixa renda, por meio de convênios entre o Governo do Estado e os municípios ou parceria com a Caixa Econômica Federal.

Entre obras concluídas e em execução - construção e reforma -, o objetivo é beneficiar, até 2010, aproximadamente três mil famílias, em diversas localidades. São R$ 50 milhões em investimentos, sendo mais de R$ 40 milhões oriundos do Estado. Até 2011, a meta chega a 9 mil unidades habitacionais construídas e 2 mil reformadas.

O programa atende a famílias que possuem renda de até três salários mínimos, que estejam cadastradas no "Bolsa Família" ou no Cadastro Único do Governo Federal (Cadúnico). É ainda aplicado nos municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Subsecretário Eduardo Loureiro Calhau: construção e reforma

Sinduscon - Já as expectativas da construção civil foram apresentadas pelo presidente do Sinduscon-ES, Eng. Elet. Aristóteles Passos Costa Neto, na palestra "A indústria da construção civil e o Programa Minha Casa, Minha Vida". Segundo ele, o pacote representa um grande anseio da sociedade e do setor, e contempla todas as faixas de renda: baixíssima, baixa e média, concedendo subsídios a quem não pode pagar pela casa própria, como redução de impostos, regime tributário especial e IPI de material de construção diferenciado.

Entretanto, segundo Passos, é fundamental a sensibilização de todos os atores envolvidos, para que a lei seja, de fato, colocada em prática. Ele também enumerou os gargalos do setor, como terrenos inflacionados e a demora na concessão de licenciamento ambiental, e apontou a burocracia do sistema. "A meta do governo federal de 1 milhão de moradias em dois anos, é difícil e ousada. Sem prazo estipulado, é possível atingi-la", afirmou.

Outro ponto enfatizado pelo presidente do Sinduscon-ES é o fato de o pacote contemplar as famílias que recebem de zero a três salários mínimos, uma faixa há anos sem atendimento, por não ter capacidade de assumir qualquer tipo de financiamento e que, portanto, precisa da participação efetiva do poder público, para que tenha moradia digna, acesso à água, saneamento, energia e serviços urbanos.

Aristóteles Passos Costa Neto, presidente do Sinduscon-ES: meta ousada

"O setor produtivo está animado e otimista, readequando projetos para trabalhar", finalizou.

Caixa - A maneira como vai ser operacionalizado o programa Minha Casa, Minha Vida no Estado foi tema da palestra do gerente regional da Caixa Econômica, Carlos Guimarães. Do total de 1 milhão de moradias, 400 mil são para famílias de zero a três salários mínimos, que representam 90% do déficit no País, outras 400 mil para faixa de até de seis salários, e 200 mil para famílias que recebem até 10 salários, como ele informou. Ao todo, serão construídas 16,4 mil unidades no Espírito Santo.

Isso será possível a partir da concessão de subsídios para as famílias de baixa renda, maior acesso a financiamentos e redução do prêmio de seguro das prestações (MIP e DFI).

Para o primeiro grupo, serão aplicados R$ 16 bilhões, em todo o Brasil. A moradia pode ser casa térrea ou apartamento, com 35 m^2 (R$ 39 mil) e 42 m^2 (R$ 42 mil), respectivamente; limite de até 500 unidades por módulo ou condomínios segmentados por 250 unidades, e prestações mínimas de R$ 50,00 por mês. Serão beneficiados municípios com mais de 100 mil habitantes, como Linhares, Colatina, Fundão, Serra, Vitória, Vila Velha, Cariacica, Viana, Guarapari e Cachoeiro de Itapemirim.

A aquisição do empreendimento será feita na planta, pelo fundo do programa habitacional. A União aloca recursos por área e solicita apresentação de projeto pelas construtoras. A Caixa analisa

e contrata a obra (PAR), e o Estado e municípios indicam as famílias. A prioridade é para pessoas que moram há mais de três anos na localidade. As prestações correspondem a 10% da renda e podem ser pagas em dez anos, após a entrada no imóvel. O registro é feito em nome das mulheres.

PMV - O "Programa Habitar Vitória – Rumo à Moradia Digna" foi o assunto da palestra que encerrou o Simpósio, ministrada pelo secretário de Habitação de Vitória, Sérgio Sá. Com o objetivo de promover o acesso à terra e à moradia digna aos moradores da Capital do Estado, o projeto compreende outros cinco programas: "Vitória de Todas as Cores", "Terreno Legal", "Morar Sem Risco", "Morar no Centro" e "Moradia".

As ações visam a melhorar não só as condições de habitabilidade, mas também orientar sobre a necessidade de preservação ambiental e qualificação dos espaços urbanos, assim como possibilitar a participação das comunidades na formulação, implementação e controle da execução dos programas na área, estabelecendo permanentes canais de participação social.

O "Vitória de Todas as Cores" melhora as condições dos imóveis localizados em áreas de interesse social, no que se refere aos padrões estéticos, como reparo e recuperação de alvenarias, reboco e pinturas das fachadas e recuperação ou construção de telhados e banheiros. Além disso, são oferecidos aos moradores aprendizados sobre técnicas de pintura, desenho e mosaico; ações de conscientização ambiental e coleta de lixo, e ainda cursos no setor da construção civil e qualificação de mão-de-obra.

Na primeira etapa do programa, serão executados serviços em 1.220 casas, com conclusão das obras em 509 unidades. Já na segunda fase, melhorias em 3.934 casas, em sete bairros, chegando, posteriormente, ao total de 5.663 moradias, em 13 bairros.

O combate à exclusão e à desigualdade social, assegurando o uso e a ocupação do solo de formas organizadas, é feito pelo programa "Terreno Legal", o que tem melhorado a qualidade de vida da população dos assentamentos informais e precários. Até agora, já foram entregues 1.088 escrituras, lavradas e registradas, e estão previstas 2.959, totalizando 4.947 terrenos regularizados.

Carlos Guimarães: subsídios

São considerados aspectos como levantamento topográfico; cadastro socioeconômico; sensibilização e conscientização da comunidade; estudo urbanístico do bairro; elaboração, aprovação e registro da planta de parcelamento, e emissão de registro das escrituras nos cartórios.

Outro projeto, o "Morar Sem Risco", que atende atualmente 331 famílias, é direcionado a faixa de até três salários mínimos, em situação de risco determinado pela má condição da habitação ou local onde residem. A partir de benefícios como Bolsa Moradia e Auxílio Moradia, os moradores são transferidos para outra residência.

No Bolsa Moradia, o município disponibiliza até um salário mínimo, para ser gasto na locação de imóvel residencial, até a entrega da unidade habitacional. Já o Auxílio Moradia é um benefício único para adquirir ou iniciar a aquisição de novo imóvel em local adequado. O beneficiário não receberá dinheiro, sendo o pagamento feito direito ao dono do imóvel escolhido, após aprovação da prefeitura. A moradia não pode apresentar situação de risco geológico ou de instabilidade e insalubridade.

Para a revitalização da área cultural de Vitória, dando função social a edifícios abandonados ou mal-aproveitados, o município conta com o projeto "Morar no Centro", com o objetivo de repovoar o bairro e diminuir o déficit habitacional. A iniciativa faz parte do "Programa de Revitalização do Centro", que busca resgatar a região como espaço de cultura, história, lazer, negócios e moradias, a partir de ações integradas. Ao todo serão reformados 134 unidades, sendo 40 apartamentos no antigo Cine Santa Cecília, 54 no antigo Hotel Estoril, 20 no antigo Hotel Pouso Real e 20 no Tabajara.

E, por fim, o "Programa Moradia", também da PMV, concede, às famílias de até cinco salários mínimos, duas modalidades de adquirir a casa própria: construção e reconstrução de unidades habitacionais. O progrmaa é voltado para moradores da faixa que representa 92% do déficit habitacional de Vitória. A equipe da Prefeitura elabora os projetos arquitetônicos, com a melhor solução, ao menor custo.

O contrato é de 15 anos. Após esse período, os moradores são dispensados do pagamento de eventuais resíduos e saldo devedor. As prestações mensais não podem ultrapassar 10% da renda. Já foram entregues 370 casas, outras 267 estão em execução e 641 em construção, totalizando 1.278 moradias, o equivalente a 17,1% do déficit.

Secretário Sérgio Sá: moradia digna

Audiência pública **discute** lei municipal

A intenção de proporcionar aos capixabas viver em uma cidade mais harmônica e sustentável foi ainda assunto de audiência pública realizada na Câmara Municipal de Vitória, também no dia 27 abril. Solicitada pelo vereador Reinaldo Bolão, o encontro discutiu a aplicabilidade da Lei Municipal nº 7.122/07, de sua autoria, que cria o Programa de Arquitetura e Engenharia Pública em Vitória.

Além do vereador, compuseram a mesa o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti; o secretário de Habitação de Vitória, Sérgio de Sá; o deputado estadual Paulo Roberto, e o presidente do Sindicato dos Engenheiros do Espírito Santo (Senge-ES), Sebastião Silveira Neto. Também participaram do debate estudantes, professores e lideranças populares.

Histórico - Fiorotti apresentou as leis que tratam da organização das cidades, fazendo um histórico de como o assunto tem sido tratado nos últimos anos.

"O Crea-ES está ligado diretamente a essa luta, para contribuir na efetiva aplicação do que prevê a Constituição Federal e o Estatuto das Cidades, proporcionando, às famílias que recebem até três salários mínimos, a oportunidade de realizar obras e serviços, com participação e orientação técnica", pontuou.

O presidente do Conselho lembrou do Programa de Engenharia e Arquitetura Social, criado em 2006 pelo Crea-ES e a cartilha sobre o tema, disponibilizada desde então a gestores públicos estaduais e municipais, entidades de classe, instituições de ensino, associações, órgãos de financiamento e aos próprios profissionais.

"O Conselho está engajado em detalhar a operacionalidade da lei e promover o apoio aos movimentos sociais, além de incentivar o debate e a conscientização da sociedade e dos órgãos competentes sobre a importância de implementá-la, para promover uma cidade mais justa e digna", ressaltou.

O secretário de Habitação de Vitória, Sérgio de Sá, destacou a importância do tema, para viabilizar o sonho da casa própria, vencendo o problema da autoconstrução não assistida.

Segundo ele, todas as esferas podem construir muito mais do que se fazem hoje, mas esbarram na complexa questão de regularização fundiária.

"A maioria dessas pessoas mora nas periferias, que são as encostas de morros, áreas de mangue e de preservação, que não são interessantes para o mercado. É preciso viabilizar o caminho mais curto, com taxas mais acessíveis e regularização dos projetos", afirmou.

Para o secretário, os estudantes têm muito a contribuir, já que poderão ser criados escritórios avançados, nos bairros, com profissionais para prestar assistência técnica aos cidadãos, possibilitando a concepção, a elaboração e a conclusão do projeto. Isso poderá ser feito a partir de parcerias com as faculdades e entidades das áreas de engenharia e arquitetura.

O deputado Paulo Roberto se comprometeu a protocolar, na Assembléia Legislativa, programa nesse sentido, para que a lei saia definitivamente do papel, já que o governo do Estado tem o Fundo Estadual de Habitação Social, mas nada que crie o Programa de Engenharia e Arquitetura Social.

Em Vitória, a lei número 7.122 existe desde novembro de 2007, mas ainda não foi aplicada. Sua finalidade é promover assistência técnica e jurídica para a elaboração de projetos e construção de edificações. Cabe à Secretaria Municipal de Habitação a sua coordenação.

Entre os pontos definidos na lei estão a conscientização da população de usar esses serviços, bem como regularização do imóvel; oferecer o conhecimento aos que necessitam e não têm condições; garantir formalização do processo de construção, e assegurar a não ocupação das áreas de risco ou de proteção ambiental.

Para que a lei seja cumprida, o Executivo municipal poderá celebrar convênios com entidades de classe profissionais, universidades, centros técnicos credenciados, empresas e demais órgãos públicos.

Na mesa da Câmara, o presidente Fiorotti (de pé), o vereador Reinaldo Bolão, o secretário Sérgio Sá e o presidente do Senge-ES, Eng. Mec. Sebastião Silveira Neto

Os eventos da Abraman ES contam com um publico selecionado

Movimentação nos estandes da XIV Expomanes

Seminário de Manutenção busca **soluções** criativas

Experiências bem-sucedidas na área de manutenção poderão ser vistas e debatidas em Vitória. Com a expectativa de atrair um público de mais de 3 mil pessoas, o XX Seminário Espírito-santense de Manutenção ocorrerá entre os dias 16 e 19 de junho, no Centro de Convenções de Vitória. Neste ano, o evento está focado nas soluções criativas para superar os desafios frente ao período de crise.

A programação contará com 36 trabalhos técnicos oriundos das áreas de elétrica, mecânica e gestão de manutenção que refletem experiências bem-sucedidas aplicadas no dia-a-dia das empresas e que serão apresentados pelos profissionais das firmas mais conceituadas do estado e de regiões próximas.

Produtividade - Para a abertura do evento, no dia 16 de junho, haverá a palestra do presidente da Cesan, Ricardo Goldschmidt. No período da manhã, a Abraman-ES oferecerá minicursos gratuitos, nas áreas de elétrica, mecânica e automação. Além disso, serão oferecidas palestras abordando temas de grande interesse, como o controle da produtividade e a gestão dos serviços contratados.

Parte do programa discutirá também propostas de soluções para superar desafios, como, por exemplo, a mesa-redonda que contará com o diretor da Suncoke Luiz Fernando Torres Pinto, o gerente da Aracruz Luiz Renato Chagas Figueredo e o gerente da Petrobras Eng. Claronildo de Covas Santos. No encerramento, palestras na área de gestão que abordarão os temas manutenção e criatividade, visando ao aperfeiçoamento do homem de manutenção no cenário atual.

Exposição - Para divulgar e promover as novidades e lançamentos do setor de manutenção, a XV Exposição de Produtos e Serviços de Manutenção (Expomanes) ocupará uma área de mais de 1,2 mil m2 e trará produtos e serviços oferecidos por mais de 40 empresas do país. Promovido pela Abraman-ES, o evento atrai profissionais na área de manutenção de todo o estado, além de participantes do sul da Bahia e norte fluminense. Conta ainda com o patrocínio da Cesan, Suncoke e Univix e apoio de entidades como Abiquim, Cdmec, Crea-ES, Educ, IBP, ISA-ES, Sindifer e Sociedade Brasileira de Metrologia.

As inscrições para o evento podem ser feitas pelo site www.ilhadeventos.com.br ou pelo e-mail abraman@ilhadeventos.com.br.

Automação é o foco do Isa Show ES 2009

Fique ligado. Nos dias 26 e 27 de agosto, acontecerá, no Centro de Convenções de Vitória, pela oitava vez, o Isa Show ES. O evento agrega feira e seminário técnico com palestras de alto nível e apresentação de trabalhos técnicos, nas áreas de sua abrangência.

Faltando menos de dois meses para o evento, mais de 30 empresas confirmaram presença até a primeira quinzena de maio. O Isa Show ES tem apoio institucional da Abende, Abeti, Abinee, Abiquim, Abipti, Abraman, ABTCP, Crea-ES, Cdmec, Conventiou Bureau, Next Editorial, PMI-ES, RCM, SBM e Ufes. Além disso, várias mídias especializadas apóiam a divulgação do evento, entre elas a Revista Tópicos, do Crea-ES.

As inscrições para o evento, que é o maior do segmento no estado, já estão abertas. Garanta sua participação ou obtenha mais informações pelo site www.isa-es.org.br/isashow.

Assistência médica para estudantes

O presidente do Crea-ES, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti, assinou um termo aditivo no convênio mantido entre o Conselho e a Unimed Vitória que beneficia os profissionais registrados e seus dependentes legais com descontos atrativos em planos de saúde com ampla cobertura.

A nova cláusula do contrato possibilita aos estudantes da área tecnológica usufruírem de benefícios semelhantes.

"Esses futuros profissionais, estudantes devidamente matriculados em instituições de ensino registradas no Conselho, serão beneficiados com condições diferenciadas em serviços médicos e hospitalares, ao aderirem a um plano de saúde com custo mais baixo e de abrangência nacional", explicou Fiorotti.

A presidente do Crea-ES Jr, Mônica Venturim, concorda.

"O auxílio ao estudante é visto de maneira positiva, pois demonstra a preocupação do Conselho em oferecer benefícios até mesmo num momento em que ainda não estamos sequer registrados".

O Crea-ES mantém convênio com a Unimed Vitória há mais de 10 anos.

DESAFIO NA ILHA

Crescimento e qualidade de vida **disputam** espaço no campo das ideias

Na Grande Vitória, o maior aglomerado urbano do Estado do Espírito, vivem, hoje, aproximadamente, 2,5 milhões de pessoas. Com apenas 82 km2 e 400 mil moradores, a cidade de Vitória, centro nevrálgico da região e também seu mais importante corredor de tráfego, já recebe diariamente a média de 1,5 milhão de veículos. As descobertas de petróleo e gás, entre outros importantes investimentos que a região tem atraído nos últimos anos, vêm provocando uma inevitável expansão imobiliária que traz consigo benefícios e ameaças. Hoje, um dos grandes desafios de seus técnicos e gestores é o de serem capazes de harmonizar o necessário desenvolvimento econômico e seus impactos sobre a qualidade de vida de seus moradores, preservando e garantindo a visibilidade de seu patrimônio histórico material. Em destaque, o impasse em torno do empreendimento Nova Cidade - Water Front.

A identidade cultural de um povo está diretamente ligada à preservação de seus patrimônios históricos e culturais, que constituem importantes heranças do passado e resgatam tradições para as gerações futuras. O conjunto de objetos ou bens de valor (naturais, materiais e imateriais) tem significado ímpar para a história e precisa ser protegido, conforme direito garantindo na Constituição Federal.

Estético, artístico, documental, científico, social, espiritual ou ecológico, os patrimônios compreendem as formas de expressão, os modos de criar, fazer ou viver; as obras, objetos, documentos, edificações e espaços destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico e paleontológico.

O contato com essas memórias propicia momento de reflexão e crítica e ajuda a conhecer outras expressões culturais, impulsionando a transformação e a criatividade.

Continuidade - Para que se possa conhecer a cultura de determinada região, os patrimônios históricos e culturais devem ser preservados e manti-

dos. Só assim é possível garantir a continuidade das manifestações culturais. E isso não é tarefa apenas dos governos Federal, Estaduais e municipais, mas também da comunidade.

Constituem esses patrimônios os bens materiais e imateriais. Os materiais dividem-se em bens móveis (produção de obras de arte ou objetos utilitários, mobiliários de uso diário de determinada época) e bens imóveis (edifícios isolados, mas também seus entornos, garantindo sua visibilidade e fruição). Já os bens imateriais compreendem toda a produção cultural de um povo, desde sua expressão musical e literária, saberes, danças, festas e celebrações, até sua memória oral, passando por elementos caracterizadores da civilização.

Arq. Viviane Pimentel

O principal zelador dessa gama cultural é o poder público, que, além de tarefas de fiscalização e do estabelecimento de medidas legais de proteção, tem o papel de incentivar e fomentar tal proteção. Uma das principais ações, nesse sentido é o tombamento, que impede legalmente a destruição dos patrimônios.

Esses bens podem ser registrados tanto pela União, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como pelo Governo estadual, via Conselho Estadual de Cultura, ou administrações municipais, utilizando leis específicas ou a legislação federal.

No Espírito Santo, estão registrados 181 bens imóveis, 19 bens naturais - incluindo uma Resolução da Mata Atlântica - e 109 bens móveis, pelo Iphan e Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (Secult). Já na Prefeitura Municipal de Vitória são 346 patrimônios, entre pré-identificados, identificados e tombados. Mas esse número é ainda maior, se considerados os patrimônios registrados por todas as prefeituras capixabas, que têm categorias próprias de proteção.

A preservação desses bens é garantida não só pelo artigo 216 da Constituição Federal, mas ainda por um Decreto-Lei nº 25, que define as normas práticas necessárias à organização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. A Constituição do Estado do Espírito Santo também contempla a questão, no artigo 183. Para definir os procedimentos ao tombamento, vigora a Lei Ordinária nº 2.947, regulamentada pelo Decreto 626-N e alterada pela Lei nº 4.625/92. O registro de bens culturais de natureza imaterial é regulamentado pela Lei nº 6.237/2000.

Mas, para que o desenvolvimento econômico seja compatível com a preservação dos bens históricos e culturais, é preciso consciência da população. Caso contrário, o crescimento urbano e a forte expansão imobiliária resultam em perdas significativas. Nesse caso, a transformação da paisagem urbana, dentro do que é convencionado como progresso, pode fazer com que parte dos bens se perca no decorrer do tempo.

Diferentemente do que se possa pensar, desenvolvimento econômico não é incompatível com a preservação dos bens históricos e culturais. Prova disso é que os países que registram maior desenvolvimento econômico são os que mais promovem o domínio cultural, impedindo o desaparecimento ou alterações descaracterizantes de seus patrimônios.

Consciência - Conciliar os desejas de todas as partes envolvidas não é tarefa de fácil resolução, mas possível. Para isso, são necessários

responsabilidade, vontade e consciência.

"É uma contradição com que a cidade precisa aprender a lidar. Não se pode impedir o desenvolvimento econômico, e sim buscar o compromisso de todos os interessados, chegando a um acordo que garanta a cidade lar, mas também a cidade negócio, geradora de renda e emprego", pontua o professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil no Espírito Santo (IAB-ES), Arq. Marco Romanelli.

Para ele, sempre existe uma saída e é preciso negociar, para que cada parte entenda que existe o outro lado, que deve ser respeitado. "Tem de abrir mão de algum aspecto", afirma. Consciência que, segundo Romanelli, deve ser aplicada tanto nos casos de ameaças a patrimônios históricos e culturais mais representativos, como em intervenções menores.

A arquiteta e urbanista Renata Hermanny de Almeida, professora da Ufes, com mestrado e doutorado em Conservação e Restauro, acredita que é possível estabelecer pactos entre os agentes produtores, partindo do questionamento sobre qual o limite de transformação das cidades.

"As mudanças são inevitáveis, mas não significam destruição. Se há diálogo, há também dinâmica na transformação", destaca Renata.

Entretanto, é preciso mudar a mentalidade da sociedade. De acordo com a professora, hoje os instrumentos técnicos e científicos são muito mais disponíveis do que em outros momentos históricos, mas ainda não existem agentes democratizando o processo de gestão nem preparo do Legislativo para atuar na gestão das cidades, em geral, além da existência de jogo político e econômico, que acaba defendendo interesses de uma minoria.

Arq. Renata Hermanny

"É uma correlação de forças até mesmo desigual: o mercado forte contra a comunidade já fragilizada, desarticulada", enfatiza.

Para Renata, cada cidadão deve se posicionar sobre as questões que tratam a cidade, impedindo que o espaço seja produzido de maneira excludente.

"As ações de preservação são consideradas a contramão do desenvolvimento econômico, como se dissessem: "É preciso proteger, porque o crescimento é negativo". Mas isso tem de mudar, invertendo a lógica da produção do espaço. A preservação tem de ser determinante do processo. É difícil, mas necessário, em nome da coletividade".

O gerente de Memória e Patrimônio da Secult, Valdir Castiglioni Filho, também acredita que a própria formação do País se reflete nessa mentalidade de não se preservarem os bens históricos e culturais.

"O desenvolvimento econômico não justifica a destruição. É preciso respeitar o tempo, a memória. Pensar de forma coletiva: não o particular em detrimento do público, e não só o patrimônio em si, mas também o seu entorno", reflete.

Segundo Castiglioni, em muitas cidades coloniais da Europa é possível fazer uma viagem no tempo apenas caminhado pelo espaço e identificando as construções e suas características. O que, no Brasil, se deu de outra maneira.

"Atualmente, tem-se impactado muito mais, embora as intervenções existam há muito tempo, consolidando a descaracterização dos espaços".

Já a arquiteta e conselheira do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES) Viviane Lima Pimentel, coordenadora adjunta e professora de Arquitetura e Urbanismo da Univix, ressalta que a idéia de que a permanência do patrimônio edificado e paisagístico seja incompatível com o desenvolvimento econômico ainda é surpreendente, já que se trata de um conceito ultrapassado, embora comum, que reflete uma visão limitada do significado atual de progresso e desenvolvimento urbano.

Arq. Marco Romanelli

Identidade - Viviane lembra que a tendência de uniformização das cidades, causada pela crescente globalização, gerou o movimento contrário, fundado na busca pela reafirmação das identidades culturais.

"A Torre Eiffel identifica a paisagem parisiense, o Cristo Redentor marca o cenário carioca e o Convento da Penha pontua o horizonte capixaba. Todos são exemplos da superação humana, com seus significados culturais e sociais, construindo a paisagem que diferencia essas cidades das demais", destaca.

Assim, considerar o patrimônio edificado como entrave ao desenvolvimento encerra um discurso antigo, comum no início de século XX, quando era considerado progressista um processo de construção urbana baseado no arrasamento dos tecidos preexistentes e na verticalização desenfreada. Prática que, segundo Viviane, causou grande parte das mazelas vivenciadas hoje. O tráfego oriundo da concentração exacerbada de edifícios em determinados trechos da cidade, que tem causado sobrecarga e constantes transtornos à circulação viária, é um exemplo dessa visão ultrapassada.

Valdir Castiglioni: Secult

Nesse sentido, a Arquiteta afirma que o conceito de visibilidade de um monumento não se resume simplesmente em obstruir ou não a visão de um bem cultural, mas também considera todos os elementos que contribuem para que o patrimônio edificado mantenha seu destaque na paisagem.

"Há cerca de 500 anos, o Convento da Penha é soberano na paisagem composta pela cadeia de montanhas que se delineia no horizonte, até morrer nas águas da Baía de Vitória. Pode parecer apelo poético, mas é uma identidade da paisagem capixaba, um de nossos diferenciais. Qualquer elemento estranho que interfira no destaque desse monumento nacional interfere diretamente no valor dessa paisagem e, consequentemente, no valor do monumento".

Outro ponto destacado por Viviane é que a capital do Estado, Vitória, por ser uma ilha encravada no continente, tem uma paisagem peculiar, que contribui para incrementar o seu potencial turístico.

"A paisagem natural como moldura da paisagem urbana deve ser valorizada pelo diferencial que confere à cidade. É necessário valorizar e potencializar as diferenças enquanto lugar, sem copiar modelos externos. Isso não significa que é impossível construir arranha-céus em Vitória, mas sim que devem ser localizados de maneira a contribuir positivamente para a construção de uma paisagem harmoniosa e original, que caracterize e diferencie o território capixaba".

Imóveis antigos na esquina das avenidas Jerônimo Monteiro e República, no Centro: memória da cidade

Plenária extraordinária: compromisso com políticas e programas que contemplem o desenvolvimento sustentável, a participação social e a conscientização ambiental, de forma ampla e geral

Crea provoca discussão sobre **visibilidade** do Convento da Penha

O assunto que tem gerado os mais importantes debates sobre o desenvolvimento econômico e a preservação dos patrimônios históricos e culturais no Espírito Santo é o impasse envolvendo o empreendimento que prevê a construção de torres residenciais na Enseada do Suá, em Vitória. O projeto, denominado Nova Cidade - Water Front ameaça a visibilidade do Convento da Penha, monumento tombado pela União e ícone da identidade cultural dos capixabas.

Para demonstrar sua preocupação com os possíveis impactos que o projeto poderá causar e permitir a discussão entre todas as partes envolvidas, o Crea-ES divulgou uma Moção de Alerta à sociedade capixaba, conforme aprovado na sessão plenária do dia 7 de abril, que também aprovou a realização de uma sessão extraordinária sobre o assunto, no dia 28 do mesmo mês, cumprindo, assim, seu compromisso de participar de políticas e programas que contemplem o desenvolvimento sustentável, participação social e a conscientização ambiental, de forma ampla e geral.

O documento elaborado pelo Conselho remete às questões técnicas tratadas no parecer nº 003/2009 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que apresenta análise dos impactos visuais do projeto sobre a ambiência paisagística e a visibilidade do conjunto tombado, com seu acervo natural e cultural (móvel e edificado).

Convidados - Para permitir o aprofundamento do debate, foram convidados para a sessão extraordinária - aberta ao público - representantes da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) e do Ministério Público Estadual (MPES), do empreendedor, que enviou o consultor imobiliário José Luiz Kfuri, e o autor do projeto, o Eng. Civil Diocélio Graceli, além da superintendente do Iphan no Estado, Tereza Carolina Frota de Abreu.

Os conselheiros puderam conhecer a simulação feita pelo Iphan, que contrasta a paisagem atual

Convento e Outeiro: vista preservada

com o que está previsto no projeto, contemplada na "Análise do Impacto do empreendimento Water Front na visibilidade do Outeiro, Convento Nossa Senhora da Penha e na ambiência da Baía de Vitória".

O laudo do Instituto aponta impactos visuais negativos, com absorção parcial e progressiva do monumento; obstrução total em um ponto e qualificação negativa da ambiência dos arredores do empreendimento, pela incompatibilidade com a escala humana e a interrupção agressiva provocada no perfil topográfico da orla da Baía de Vitória, na região da Praia do Canto, Enseada do Suá e Ilhas do Boi e do Frade.

Tereza Carolina: Iphan

Segundo Carolina, superintendente do Iphan, a proteção não pode se resumir apenas à visibilidade. Cabe ainda a proteção da ambiência da Baía de Vitória e do Outreiro, que também precisam ser protegidos de agressão ou interferência. Ela lembra a importância desse patrimônio, que representa não só um marco paisagístico, mas é referência da colonização espiritossantense, "além de morada da Santa Padroeira do Estado, símbolo oficial integrante do Brasão de Armas e principal atrativo turístico da região, já que é o lugar de maior celebração religiosa do Estado".

"O que precisa ser debatido é o interesse difuso. Trata-se de referências culturais, ícones do Estado, e os impactos podem comprometer a qualidade de vida da população. O Convento precisa ter sua vista preservada, para que os capixabas não percam sua referência e sua identidade", pontua.

Visibilidade - Solicitado pelo Ministério Público Federal (MPF), o parecer do Iphan, contrário ao empreendimento, considerou a área de interferência do conjunto residencial a partir de pontos e trechos estratégicos da visibilidade do Convento da Penha, da orla norte da capital do Estado; obstrução visual e concorrência visual relativa; qualificação da ambiência local (fruição da paisagem); condições de acessibilidade e de permanência, e relação da ambiência com a escala humana.

A necessidade de anuência do Iphan segue o artigo 18, do Decreto Lei nº 25/1937, que diz: "Sem prévia autorização do serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, não se poderá na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandado destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se, nesse caso, multa de 50% do valor do mesmo objeto".

O Nova Cidade foi apresentado em 2005 e previa a construção de 13 prédios, de até 19 andares cada, no terreno atrás do Shopping Vitória. Mas, em decorrência do comprometimento da vista do Convento, a Justiça determinou, a pedido do Ministério Público do Espírito Santo (MPES), a suspensão da análise do projeto pela Prefeitura Municipal de Vitória (PMV).

Mudanças - No ano passado, a proposta foi readaptada e recebeu o nome de Water Front. As mudanças retiram sete torres, do total de 13 previstas no projeto original, e reduzem em 400 o número de unidades. Sobram dois prédios de altura entre 97 e 104 metros, dois com 28 andares e quatro com 30, totalizando 730 apartamentos e 1.991 vagas de estacionamento. Com a modificação, de 30 mil m² de área de terreno, do Grupo Buaiz, 17% serão ocupados, ao invés de 22%, como era a proposta inicial.

A avaliação do conjunto de prédios ficou suspensa por todos esses anos, devido a constantes decisões judiciais. No ano passado, o órgão foi autorizado novamente a analisar o projeto. Os empreendedores fizeram então a solicitação ao Conselho do Plano Diretor Urbano (PDU) de Vitória, que aprovou o plano arquitetônico e ainda permitiu a tramitação do processo com base no plano de 1994, mesmo já estando em vigor o PDU de 2006, amplamente discutido com a sociedade, por dois anos.

O PDU de 1994 considerava a Enseada do Suá como Zona de Usos Diversos (ZUD 4), onde as construções residenciais eram permitidas. Porém, o Plano Diretor vigente mudou a classificação e a área passou a ser Zona de Equipamentos Especiais (ZEE8), que só permite o comércio, e exige que qual-

Vista da Catedral Metropolitana de Vitória: em primeiro plano, o antigo; ao fundo, o moderno e resquícios de mata atlântica

quer empreendimento na região seja submetido à anuência do Iphan. O entorno é considerado Zona de Proteção Ambiental (ZPA3). A nova legislação reduz o coeficiente para uso comercial e residencial, mas mantém o limite de gabarito, para não obstruir a visualização do Convento.

Os empreendedores aproveitam uma falha no artigo 303, do PDU de 1994, para alegar o direito de protocolo. Como o projeto inicial foi apresentado na vigência desse PDU, querem que o processo continue a ser avaliado com base nessas antigas diretrizes. Outro ponto é que não há legislação que garanta a visão do monumento de qualquer ponto da cidade, só a partir da Reta da Penha. O novo PDU também não atentou para a questão.

Ofício - O secretário de Desenvolvimento da Cidade (Sedec), Kléber Frizzera, que não compareceu ao debate proposto pelo Crea, agradeceu o convite, por meio de ofício, e ressaltou que, por decisão do Conselho do PDU, proferida no dia 1º de abril deste ano, foi exigida a elaboração de um relatório de impacto urbano do empreendimento, para que, posteriormente, audiências públicas sejam realizadas, com o embasamento de informações necessárias para discutir o assunto.

"Não houve tempo hábil para que os empreendedores fizessem esse levantamento", diz o documento.

Ainda segundo o secretário, como, desde novembro de 2005, quando o projeto foi protocolado na Sedec, os gestores públicos não puderam ainda avaliar a proposta, conforme determina a lei, por causa de liminares que suspenderam a tramitação do processo, a PMV não se considera preparada para discutir o tema, antes da entrega dos relatórios.

"Assim que estiver pronto, a administração vai promover o debate público, amplamente divulgado nos veículos de comunicação", garantiu Frizzera, no ofício.

Já os promotores do Ministério Público Estadual (MPE) Gustavo Sena Miranda e Marcelo Zenknee, alegando não poder comparecer, enviaram cópia da última ação protocolada pelo órgão e pediram cópia da ata. O órgão propôs ação cautelar contra a aprovação do projeto, com o objetivo de paralisar a tramitação do processo imediatamente, determinar a apresentação de um Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e análise dos relatórios pelo Iphan.

Enseada do Suá e Terceira Ponte: visão do Convento e bucolismo preservados

Uma nova plenária será realizada pelo Crea-ES, em data ainda não definida, para que os empreendedores apresentem o projeto final do Water Front, permitindo que todas as dúvidas e preocupações sejam sanadas, como afirmou o presidente do Conselho, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti.

As próximas etapas do processo consistem na apresentação do Termo de Referência, pelos construtores, documento que vai orientar o Relatório de Impacto Urbano (RIU), com o objetivo de indicar os reflexos do o empreendimento sobre a região, o que inclui danos ao meio ambiente, interferência na paisagem, perfil populacional, sistema viário e saneamento, e as medidas mitigadoras que serão adotadas.

Havendo conhecimento dessas informações, serão então realizadas audiências públicas, para depois a prefeitura emitir um parecer sobre o projeto e enviá-lo ao Conselho do PDU, que vai votar a proposta e encaminhá-la ao prefeito, João Coser, para homologação. E, por fim, a empresa apresentará o projeto arquitetônico, contemplando tudo o que foi apresentado no RIU. Se aprovado, fica autorizado o início das obras.

Casa Strauch atingida por incêndio: patrimônio pede socorro

A tática do empreendedor

O consultor José Luiz Kfuri e o Eng. Diocélio Graceli não levaram à plenária o projeto do Water Front, afirmando que o documento ainda não está finalizado. Garantiram que todo o processo tem cumprido a legislação e que os impactos paisagísticos e urbanos estão sendo considerados no desenvolvimento da proposta, de maneira a amenizar o máximo possível a obstrução do Convento da Penha. Uma das alternativas avaliadas é um afastamento de 165 metros entre as torres, o que permitiria a vista de alguns pontos.

Consultor José Luiz Kfuri

Eng. Civil Diocélio Graceli

Kfuri reconheceu que o projeto anterior do Nova Cidade, apresentado em 2005, não seria o ideal, hoje, no que se refere à compatibilização da cidade, mas garante que há novos estudos em andamento, para harmonizar o empreendimento à paisagem. Segundo ele, só depois dos relatórios urbano, ambiental e de impacto visual, fase em que se encontra o processo, será possível finalizar o projeto e apresentá-lo à sociedade.

Impactos - Além do impacto paisagístico das torres, os moradores das Ilhas do Boi e do Frade apontam que haverá forte impacto urbano, com aumento populacional da região em 4,5 mil pessoas, quase o triplo do contingente atual, que, somado à população flutuante, pode chegar a quase 15 mil pessoas.

Há, ainda, preocupação quanto a infra-estrutura, como problemas relativos às redes de esgoto e sanitária, recolhimento de lixo, trânsito, poluição gerada pelo aumento de cerca de 2 mil carros na região, e capacidade viária para atender o número crescente da população.

O transtorno do empreendimento, somado às obras já previstas para a região e demais bairros próximos, como a sede da Petrobras, na Reta da Penha, contribuirá para o inchaço da capital, que já está saturada e no seu limite de capacidade viária, reflexo da expansão imobiliária e da concentração de mercado e serviços.

Com apenas 82 km^2 e população que não chega a 400 mil, a cidade recebe, diariamente, 1,5 milhão de pessoas, provenientes dos demais municípios da Região Metropolitana.

Teatro Glória: no principal corredor de tráfego do Centro, a marca da memória artística da cidade

Justiça **endurece** o jogo

No último dia 14 de maio, o juiz Cristóvão Pimenta acatou pedido do Ministério Público Estadual (MPES) e determinou a paralisação imediata do processo administrativo referente ao Water Front, na PMV, até que sejam apresentados os estudos de vizinhança, e haja a análise e a aprovação do Iphan, de acordo com o PDU vigente.

Outra ação, movida pela Procuradoria Federal, no dia 11 de maio, de autoria do Iphan, pede que a Justiça conceda mandado de segurança contra o prefeito de Vitória, João Coser (PT), e o secretário de Desenvolvimento da Cidade, Kléber Frizzera, para que sejam anuladas as decisões do Conselho do PDU que autorizaram a tramitação do processo.

Prédio histórico abriga Museu de Arte do ES, em meio à poluição visual causada por cabos, postes e placas de trânsito

Ação cautelar do Ministério Público Estadual (MPE), com pedido de liminar, também pediu à prefeitura de Vitória a suspensão da análise do empreendimento, até que o processo seja aprovado pelo Iphan, e ainda que o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) seja apresentado em audiência pública. Pede ainda que a Justiça determine ao Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano que não analise o empreendimento com base na lei de 1994, mas pela legislação atual, para não ferir os interesses da coletividade.

O MPES já havia enviado recomendação nesse sentido à PMV, antes de o prefeito João Coser aprovar a tramitação do empreendimento, em 23 de abril deste ano. Documento semelhante também foi encaminhado aos integrantes do Conselho do PDU, sem resultados. Dos 17 conselheiros, 10 votaram a favor de a PMV analisar o novo projeto, enquanto seis votaram contra. O voto do secretário de Desenvolvimento da Cidade, Kléber Frizzera, só seria necessário em caso de empate.

Foi também o Ministério Público Estadual que, depois de ter sido acionado por moradores da região, preocupados com os impactos ambientais, paisagísticos e no trânsito protocolou Ação Civil Pública, em novembro de 2005, quando o projeto foi apresentado. Na época, o juiz da Vara dos Feitos da Fazenda Pública de Vitória, Cristovão Pimenta concedeu liminar, interrompendo a análise do projeto na PMV.

A empresa recorreu ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), em dezembro do mesmo ano, e a 3ª Câmara liberou a análise do projeto. Quase um ano depois, uma nova decisão proibiu novamente o andamento do processo, o que durou até outubro de 2007, quando o TJES decidiu liberar a análise, enquanto o novo recurso não era julgado.

No ano passado o projeto sofreu mudanças, com menor número de prédios e aumento do espaço entre as torres. O relatório foi então entregue à PMV, porém, a 3ª Câmara do TJES negou mais uma vez o recurso da empresa, mantendo a proibição. No final de 2008, o processo que impedia a análise foi extinto.

A política de habitação em nosso País

O Governo federal acaba de editar, através da Medida Provisória nº 459, um pacote de medidas que visam a estabelecer em nosso País uma política voltada para a habitação. Desde a extinção do Banco Nacional da Habitação, conhecido como BNH, não se via uma iniciativa com tamanha dimensão econômica e social.

Já há muito a sociedade vinha cobrando, de nossos governantes, medidas consistentes e duradouras que permitissem o planejamento do setor produtivo e do setor público em torno do tema habitação. Tais medidas, todavia, ainda não contemplam o que chamamos de uma política, no sentido amplo, pois ainda há que se equacionar algumas variáveis. Entendemos que se faz necessário termos um organismo regulador, como uma agência ou algo semelhante, que administre as enormes demandas de um País com dimensão continental. Certamente essa missão não vem sendo cumprida pela Caixa Econômica Federal e nem pelo Ministério das Cidades.

Considerando que estamos há mais de 20 anos sofrendo com a ausência de programas e políticas nesta área, o recente pacote da habitação, que propõe a construção de um milhão de moradias, enfocando as de interesse social, para famílias com renda até três salários mínimos, vem como um forte alento, principalmente para o setor produtivo, que não conseguia operar com as regras frágeis e com a burocracia dos atores envolvidos.

Estamos esperançosos de que haja, definitivamente, por parte do Governo federal, a vontade política de implementar ações e metas para a solução gradativa da questão habitacional, num País que possui um déficit de moradias próximo a 8 milhões.

Ressaltamos a "vontade política", pois vimos, no texto editado, a preocupação de abordar todos os aspectos socioeconômicos envolvidos com essa área, desde regimes tributários diferenciados, subsídios explícitos, redução de juros, controle de emolumentos, estímulos à participação dos poderes públicos municipais e, o que consideramos de grande relevância, a mobilização da sociedade.

Dados comprovam a problemática do crescente déficit habitacional brasileiro, principalmente nas camadas da população que recebem até cinco salários mínimos. Em 1981, a carência era de 4,5 milhões de moradias; em 1991, de 5,4 milhões; em 2000, de 6,6 milhões, e os dados mais atuais dão conta de que esse número já se aproxima dos 8 milhões. Se comparada à necessidade atual de moradia com a vivida em 1981, constata-se o lamentável crescimento de 77,8%. Essa realidade evidencia a pouca atenção que os governantes destinaram à questão habitacional, no Brasil, nos últimos 25 anos.

Agora, surge essa oportunidade para começar a solucionar o crônico déficit habitacional do nosso País, agindo concomitante à conjuntura desfavorável, criando milhares de empregos.

Todos estão empenhados neste mutirão da habitação. Empresários do setor da construção, prefeituras municipais, a Caixa Econômica Federal e até os movimentos sociais estão se aproximando para oferecer suas contribuições. Este movimento acontece num momento delicado da economia mundial, em que todas as iniciativas para a manutenção das atividades econômicas são fundamentais. Nós, do setor da construção civil, queremos e vamos dar nossa contribuição para que o Programa Minha Casa, Minha Vida se concretize e que o sonho da casa própria se torne realidade para muitas famílias.

Aristóteles Passos Costa Neto
é presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo (Sinduscon-ES)

Profissional, envie seu artigo para publicação na Revista Tópicos. O conteúdo será avaliado pelo Conselho Editorial. Os textos podem ser encaminhados para alcione@creaes.org.br

Quem conhece mais cuida melhor.

30 de Maio
dia do
Geólogo

CREA-ES

MÚTUA

um mundo de benefícios para você

Benefícios reembolsáveis

Educatec

Equipa Bem

Ajuda Mútua

Garante Saúde

Férias Mais

Família Maior

Construa Já

Previdência complementar

TecnoPrev

Convênios nacionais

Assurê • Tropical Hotels • ABNT Aqui

RC Profissional • DataCad Brasil

Unidas Rent a Car • Abril Assinaturas

MÚTUA-ES

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

Associe-se

(27) 3324-3545

www.mutuaes.com.br